



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

VOTO DLA

RELATORIA: DLA

TERMO: VOTO À DIRETORIA COLEGIADA

NÚMERO: 95/2025

OBJETO: Cumprimento de decisão judicial - Agravo de Instrumento nº 1032158-86.2024.4.01.000

ORIGEM: Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros

PROCESSO (S): 50500.204399/2023-38

PROPOSIÇÃO PF/ANTT: não há

ENCAMINHAMENTO: À VOTAÇÃO - PELO DEFERIMENTO, EM CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL

EMENTA

PEDIDO DE MERCADOS NOVOS COM FUNDAMENTO NA RESOLUÇÃO Nº 6.013/2023 - LINHA PORTO SEGURO/BA-RECIFE/PE, VIA EUCLIDES DA CUNHA/BA - EMPRESA ROTA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. PELO DEFERIMENTO, EM CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL.

1. DO OBJETO

1.1. Trata-se de Decisão Judicial proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 1032158-86.2024.4.01.000, interposto pela empresa ROTA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA., CNPJ nº CNPJ nº 14.492.342/0001-80, doravante denominada ROTA TRANSPORTES, constante do processo administrativo nº 00424.386988/2024-98, que determina a análise do pedido de mercados nº 50500.204399/2023-38, referente à linha **PORTO SEGURO/BA - RECIFE/PE, VIA PAULO AFONSO**, posteriormente alterada para via **EUCLIDES DA CUNHA/BA**, conforme documento 34280968, de 30/07/2025.

2. DOS FATOS

2.1. Em 10/07/2023, a empresa ROTA TRANSPORTES protocolou o pedido de autorização para operação de mercados novos, registrado sob o nº em referência, no qual requereu que a análise do pleito fosse realizada com base na [Resolução ANTT nº 6.013/2023](#), ou seja, exclusivamente para mercados desatendidos.

2.2. Assim, conforme determinavam os artigos 6º e 7º, ambos da [Instrução Normativa nº 01/2020](#), o requerimento da autora foi incluído na fila de processamento para análise de acordo com a data do último protocolo no processo.

2.3. Ocorre que, alegando mora da Autarquia em analisar e decidir seu requerimento de mercados, a empresa impetrou Agravo de Instrumento nº 1032158-86.2024.4.01.0000, datado de 02/12/2024, objetivando, em síntese, a análise e conclusão do pedido administrativo em questão.

2.4. Diante disso, o pedido da autora foi deferido, em suma, nos seguintes termos (29858934):

"(...)

DEFIRO, EM PARTE, o pedido de antecipação de tutela recursal para determinar que a ANTT proceda à conclusão da análise dos requerimentos administrativos SEI nº 50500.151226/2023-18, 50500.151265/2023-15, 50500.204280/2023-65, 50500.204369/2023-21, 50500.204388/2023-58, 50500.204344/2023-28, 50500.204372/2023-45, 50500.151145/2023-18, 50500.151151/2023-67, 50500.151251/2023-93 e 50500.204399/2023-38, **no prazo máximo de 60 dias, garantindo a observância da Resolução ANTT nº 6.013/2023 vigente no momento do protocolo dos requerimentos administrativos.**

(...)"

2.5. Assim, sobreveio o Parecer de Força Executória nº 00111/2024/NAP IN REG/EFIN6/PGF/AGU (29858956), datado de 29/11/2024, emitido pela Procuradoria Federal junto à ANTT, para cumprimento da referida decisão.

2.6. Nesse contexto, para o atendimento da decisão judicial em foco, a empresa ROTA TRANSPORTES foi convocada em 14/03/2025, por meio do OFÍCIO SEI Nº 7809/2025/UFT - GEOPE_MERC/GEOPE/SUPAS/DIR-ANTT (30393561), a apresentar no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, a documentação complementar ao Requerimento (30384496), solicitado com fulcro na revogada Resolução ANTT nº 6.013/2023.

2.7. Dos autos, observa-se que, após a data estipulada pela Supas no item 2.6, a empresa ROTA TRANSPORTES foi convocada em três ocasiões para apresentar a documentação necessária para o saneamento das pendências, em atendimento ao disposto no art. 26 da Resolução nº 4.770/2015, sob pena de arquivamento do requerimento (E-mails 32031705; 33094872; 34251231).

2.8. Assim, somente após o saneamento das pendências por parte da empresa ROTA TRANSPORTES, a área técnica concluiu a análise do pleito em 01/08/2025, por meio da NOTA TÉCNICA SEI Nº 7923/2025/UFT - GEOPE_MERC/GEOPE/SUPAS/DIR-ANTT (34344468), na qual julgou atendidos os requisitos estabelecidos pelas Resoluções ANTT nº 4.770/2025 e nº 6.013/2023, para a outorga de novos mercados em regime de autorização.

2.9. Dessa forma, a SUPAS emitiu a "**DECISÃO SUPAS Nº 1163, DE 04 DE AGOSTO DE 2025**" (34389638), na qual autorizou, na condição *sub judice*, a operação da linha **PORTO SEGURO/BA-RECIFE/PE, VIA EUCLIDES DA CUNHA/BA**, com 64 seções, as quais constam relacionadas no anexo da mencionada Decisão.

2.10. Na sequência, encaminhou o OFÍCIO SEI Nº 29101/2025/SUPAS/DIR-ANTT (34389768) à Diretoria Colegiada, em atendimento ao disposto na [Resolução nº 5.818/2018](#), na qual foi aprovada a delegação de competências da Diretoria Colegiada às Superintendências da ANTT.

2.11. Após ciência do assunto em questão, o Diretor-Geral, em exercício, remeteu os autos à Secretaria-Geral, por meio do Despacho (34472234), no qual avocou o presente processo, com fundamento no [art. 11 da Resolução nº 5.818/2018](#).

2.12. A Secretaria-Geral restituiu os autos à Supas para que procedesse à elaboração do Relatório à Diretoria e da minuta de Deliberação, visando a distribuição do feito mediante sorteio, conforme previsto no art. 11, § 2º da Resolução nº 5.818/2018 (34531253).

2.13. Ato contínuo, o Superintendente da Supas apresentou o **RELATÓRIO À DIRETORIA SEI Nº 395/2025** (34544144), acolhendo a manifestação técnica e propondo à Diretoria Colegiada deferir o pedido da ROTA TRANSPORTES, nos termos da minuta de Deliberação (34544417). Além disso, por meio do Despacho de Instrução (34544462) e do OFÍCIO SEI Nº 29918/2025/UFT - GEOPE_MERC/GEOPE/SUPAS/DIR-ANTT (34544534), declarou que o processo reúne as condições previstas no §1º do art. 39 do Regimento Interno da ANTT.

2.14. Em seguida, o Gabinete do Diretor-Geral remeteu os autos à Secretaria-Geral, por meio do Despacho (34573923), para inclusão do processo na pauta de sorteio.

2.15. Por fim, os autos foram distribuídos, mediante sorteio, a esta Diretoria, conforme Certidão 34577940.

2.16. É o relatório. Passe-se à análise.

3. DA ANÁLISE PROCESSUAL

- 3.1. Segundo informações registradas pela área técnica da Supas, na NOTA TÉCNICA SEI Nº 7923/2025/UFT - GEOPE_MERC/GEOPE/SUPAS/DIR/ANTT (34344468), a verificação do nível de MONITRIIP constitui a primeira etapa da análise do requerimento, conforme estabelecido pela Deliberação nº 134, de 2018, vigente à época do protocolo. De acordo com consulta ao Relatório de Implantação do MONITRIIP no início da análise, a empresa detinha Nível de Implantação I para os dados enviados, conforme registro (SEI nº 17749517), razão pela qual cumpriu o requisito de admissibilidade para fins de convocação.
- 3.2. A Supas ressaltou que a Resolução ANTT nº 6.033/2023, que instituiu o novo marco regulatório do TRIP, revogou os arts. 2º e 4º da Deliberação nº 134/2018, os quais tratavam dos níveis de implantação do MONITRIIP. Atualmente, o envio de dados pelo sistema continua sendo obrigatório, inclusive para aferição futura dos Indicadores de Avaliação do TAR (ICV, ITB, IPO, IGE) e do Índice de Qualidade de Transporte (IQT), ainda em fase de implementação. Em razão da atualização do sistema MONITRIIP e da extinção dos Termos de Autorização (TAR) e das Licenças Operacionais em 11/11/2024, a verificação do nível mais recente do sistema tornou-se prejudicada.
- 3.3. Os demais requisitos necessários para a operação, conforme disposto no art. 25 da Resolução ANTT nº 4.770/2015, foram analisados por meio dos checklists a seguir:

Checklist 1 - Infraestrutura: itens VII, VIII e X, assim como verificação de inscrições estaduais, conforme art. 3º da Lei nº 14.298/2022 e documentação enviada;

Checklist 2 - Motoristas: item IX;

Checklist 3 - Frota: item VI;

Checklist 4 - Frequência Mínima: itens III, e V;

Checklist 5 - Cadastramento de Linha: itens I, II e IV.

- 3.4. Por fim, a área técnica declara que, conforme as informações contidas nos *checklists* anexos (34344083, 31997125, 31997134, 34250998 e 34344277), constata-se o cumprimento dos requisitos técnicos e operacionais necessários à autorização de novos mercados, conforme previsão da Resolução ANTT nº 4.770/2015 e da Resolução ANTT nº 6.013/2023.

- 3.5. Dessa forma, considerando a análise apresentada pela Gerência Operacional de Transporte de Passageiros na NOTA TÉCNICA SEI Nº 7923/2025/UFT - GEOPE_MERC/GEOPE/SUPAS/DIR/ANTT 34344468 e confirmada pela Supas no **RELATÓRIO À DIRETORIA SEI Nº 395/2025** (34544144), concluo que a operação da linha em questão deve ser autorizada na condição *sub judice*, **em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 1032158-86.2024.4.01.0000, processo administrativo nº 00424.386988/2024-98.**

4. DA PROPOSIÇÃO FINAL

- 4.1. Ante todo o exposto e em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do **Agravo de Instrumento nº 1032158-86.2024.4.01.0000, processo administrativo nº 00424.386988/2024-98**, VOTO pelo deferimento do pedido da empresa ROTA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA., CNPJ nº 14.492.342/0001-80, para autorizar, na condição *sub judice*, a operação da linha **PORTO SEGURO/BA-RECIFE/PE, VIA EUCLIDES DA CUNHA/BA**, com as seções indicadas no Anexo da minuta de Deliberação acostada aos autos (34703685).

Brasília, 15 de agosto de 2025.

LUCAS ASFOR ROCHA LIMA
Diretor



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS ASFOR ROCHA LIMA**, Diretor, em 15/08/2025, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **34705567** e o código CRC **21BC8462**.